

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

- Ata n.º 157 da reunião do dia 27 de fevereiro de 2019 e Ata n.º 161 da reunião do dia 26 de março de 2019

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas

3.1.1. Projetos de Resolução

- 3.1.1.1. Projeto de Resolução n.º 795, PSD, Legislatura XIII Sessão legislativa 2
- 3.1.1.2. Projeto de Resolução n.º 796, PSD, Legislatura XIII Sessão legislativa 2
- 3.1.1.3. Projeto de Resolução n.º 1845, PSD, Legislatura XIII Sessão legislativa 4

3.1.2. Projetos de Lei

- 3.1.2.1. Projeto de Lei n.º 1174, PSD, Legislatura XIII Sessão legislativa 4
- 3.1.2.2. Projeto de Lei n.º 1173, PSD, Legislatura XIII Sessão legislativa 4

3.2. Pedido de audiência Associação de Pais da Escola Secundária do Restelo (APEE) sobre o cancelamento das obras previstas em 2019 para a ESCOLA SECUNDÁRIA DO RESTELO.

3.3. O Senhor Armando José de Oliveira Brito de Sá enviou à Comissão o Manifesto de título “Por cuidados de saúde de base científica” e solicitou a oportunidade de o apresentar à Comissão de Educação e Ciência em data e hora da melhor conveniência

3.4. Pedido de audiência da Associação Nacional de Estudantes de Medicina (ANEM)

3.5. Café de ciência

4. Audiência à Associação Bandeira Azul da Europa, para equacionar a educação ambiental e a educação para o desenvolvimento sustentável – 15h00

5. Audição de peticionários da Petição n.º 607/XIII/4.ª, ASPL, FENPROF, FNE. PRÓ-ORDEM, SEPPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE, SIPPEB E SPLIU, Solicitam a adoção de medidas com vista à negociação do modo e prazo para a recuperação de todo o tempo de serviço cumprido – 16h00

6. Apreciação e votação na especialidade de Projetos de Lei

6.1. Projeto de Lei 1117| XIII| 4, PCP, Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento das propinas o não reconhecimento do ato académico

6.2. Projeto de Lei 1121| XIII| 4, PAN, Altera a Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, estabelecendo mecanismos de regularização de dívida por não pagamento de propinas em instituições de ensino superior públicas

6.3. Projeto de Lei 1120| XIII| 4, PCP, Plano extraordinário de alojamento temporário para estudantes no ensino superior público

7. Data da próxima reunião

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade (tendo sido solicitado o adiamento do ponto 6), pelos Deputados dos grupos parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação de atas

A Ata n.º 157 da reunião, do dia 27 de fevereiro de 2019, e a Ata n.º 161 da reunião, do dia 26 de março de 2019, foram aprovadas por unanimidade, pelos Deputados dos grupos parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas

3.1.1. Projetos de Resolução

3.1.1.1. Projeto de Resolução n.º 795, PSD, Legislatura XIII Sessão legislativa 2

3.1.1.2. Projeto de Resolução n.º 796, PSD, Legislatura XIII Sessão legislativa 2

3.1.1.3. Projeto de Resolução n.º 1845, PSD, Legislatura XIII Sessão legislativa 4

Relativamente a estas três iniciativas, do Grupo Parlamentar do PSD, ficou estabelecido que a discussão ocorreria na reunião do dia 10 de abril.

3.1.2. Projetos de Lei

3.1.2.1. Projeto de Lei n.º 1174, PSD, Legislatura XIII Sessão legislativa 4

Esta iniciativa, "Disposição interpretativa sobre propina", baixou à Comissão em 2019-03-27 para apreciação na especialidade, tendo ficado definido pedir-se parecer às entidades do setor.

A Comissão considerou que a discussão desta iniciativa não devia ser feita conjuntamente com os projetos de lei n.º 1117/XIII e 1121/XIII.

3.1.2.2. Projeto de Lei n.º 1173, PSD, 1ª Alteração ao Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior

Relativamente a esta iniciativa, que baixou à comissão para discussão na especialidade a 2019-03-27, considerou-se ser de pedir parecer às entidades do setor.

3.2. Pedido de audiência Associação de Pais da Escola Secundária do Restelo (APEE) sobre o cancelamento das obras previstas em 2019 para a Escola Secundária do Restelo.

Quanto a este pedido de audiência, determinou-se a sua realização através de Deputado Piloto (do PSD).

3.3. O Senhor Armando José de Oliveira Brito de Sá enviou à Comissão o Manifesto de título “Por cuidados de saúde de base científica” e solicitou a oportunidade de o apresentar à Comissão de Educação e Ciência em data e hora da melhor conveniência

O Deputado Porfírio Silva (PS) solicitou que, com vista a decidir-se sobre a realização desta audiência com toda a informação disponível, fosse previamente distribuído pelos Deputados o texto deste manifesto.

3.4. Pedido de audiência da Associação Nacional de Estudantes de Medicina (ANEM)

A Comissão decidiu receber em audiência a ANEM, que tem desenvolvido trabalhos com impacto no ensino da medicina, e que considera que o tema implica uma integração de políticas entre o Ensino Superior e a área da Saúde, pretendendo pronunciar-se sobre esta questão.

3.5. Café de ciência

O Presidente recordou que o Café de Ciência, subordinado ao tema do “Acesso à água: Gerir a mudança”, teria lugar no dia seguinte, dia 3 de abril, às 18h, tendo sido solicitada autorização para ser feita a filmagem do Café, para incluir no filme documentário *O Palácio (de Cidadãos)*.

4. Audiência à Associação Bandeira Azul da Europa, para equacionar a educação ambiental e a educação para o desenvolvimento sustentável – 15h00

O Presidente da Comissão deu as boas à Associação Bandeira Azul da Europa, representada pelo Dr. José Archer (Presidente) e a Dr.ª Fátima Vieira (Diretora-Geral).

Os representantes da Bandeira Azul começaram por felicitar a Assembleia da República pelas resoluções aprovadas há cerca de um ano (Resoluções da AR n.º 157 e 158, de 6 de abril de 2018), com recomendações ao Governo sobre a promoção da educação ambiental nos ensinos básico e secundário e sobre a realização de uma avaliação de impacto do programa Eco-escolas. É, pois, na sequência desta resoluções que pretendem vir a esta audiência falar das Eco-escolas.

De seguida, lembraram que este programa de educação para o desenvolvimento sustentável é desenvolvido em Portugal pela Bandeira Azul desde 1986, tendo avançado com alguns dados deste programa, como, por exemplo, os 51.000 projetos implementados em 67 países.

Foi ainda dado destaque à metodologia dos sete passos: i) Formalização de um Conselho Eco-escola; ii) Auditoria Ambiental; iii) Plano de Ação; iv) Monitorização e Avaliação; v) Trabalho Curricular; vi) Informação e Envolvimento da Escola e da Comunidade Local; VI Eco-Código.

A Bandeira Azul destacou que tentam fundamentalmente alterar comportamentos, preparando os adultos e os decisores de amanhã. E que, desde 1996 a esta parte, já têm várias gerações de eco-estudantes que atestam sucesso do programa.

Em termos de implementação, aforaram que a metodologia referida dos 7 passos é depois trabalhada em torno de temas, dos quais são obrigatórios, nomeadamente, a Água, Resíduos e Energia, havendo também temas anuais (este ano dedicada à Floresta). Conforme explicaram, cada escola pode trabalhar outros temas, em função do seu contexto.

Em termos de evolução deste programa em Portugal, referiram que das 30 escolas em 1996 passaram para mais de 1700 escolas este ano.

Foi ainda salientado que a Bandeira Azul atribui galardões às escolas que implementam o seu plano de ação e atingem os objetivos. Destacaram também o papel e o envolvimento dos municípios, parceria muito valorizada.

Finalmente, deixaram ainda um apalavra sobre a questão da avaliação, trabalho feito com as DGESTEs, remetendo para a segunda parte da audição uma análise mais detalhada desta questão, nomeadamente quanto às dificuldades *in loco*.

Pelo Grupo Parlamentar do PSD, interveio a Deputada Ana Sofia Bettencourt, que considerou que os resultados deste programa estão à vista, nomeadamente pela maior consciencialização que os jovens têm relativamente a estas matérias. Referiu os desafios imensos, como a articulação dos intervenientes e urgência do tempo nestas matérias. Como disseram os jovens nas manifestações recentes: “Não existe plano B” relativamente a determinadas áreas.

Lembrou, assim, os jovens que se manifestaram pelo clima, jovens que disse serem mais conscientes, mais ativos e mais participantes. E salientou a necessidade de mais informação, maior partilha de informação, fundamental para uma maior consciencialização.

Realçou-se também o papel pioneiro desta associação nesta área, nomeadamente na articulação entre agentes e comunidade local, nomeadamente para o nível das freguesias. E deixou uma pergunta: como se podem articular melhor no terreno todas as associações?

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) louvou igualmente o papel da Associação Bandeira Azul em prol do desenvolvimento sustentável, do Ambiente. Salientou a capacidade para envolver uma diversidade de parceiros. Educar, sensibilizar e responsabilizar – notou – são os desafios com que este programa nos confronta.

Ao longo de mais de 20 anos, considerou que este programa tem sido uma aposta ganha, tendo o enorme mérito de apelar e criar hábitos de participação e de cidadania.

Não obstante, referiu que é necessário fazer mais nesta área. E perguntou que estratégia pensa a Associação Bandeira Azul adotar no sentido de alargar as entidades envolvidas, nomeadamente autarquias (cujos números podem ser melhorados).

A Deputada Joana Mortágua (BE) saudou igualmente o trabalho desenvolvido por esta associação ao longo do tempo. Sublinhou a importância da educação para a cidadania, um aspeto que deve estar sempre presente na educação.

Quanto ao programa, disse que este já se encontra “solidificado”, sendo os números expressivos.

Na vertente ambiental, fez referência à mobilização dos jovens e à greve climática, concluindo que os jovens se preocupam com o seu futuro. Também aludiu às virtualidades de uma visão mais abrangente da sustentabilidade, que inclua direitos humanos, direitos sociais, desigualdade de género, etc..

A Deputada do BE abordou ainda duas outras questões, relacionadas com a importância de boas instalações físicas e de haver professores qualificados.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) realçou que o tema que hoje em dia mobiliza mais os jovens é o tema das alterações climáticas. Referindo-se à greve climática dos estudantes, disse nunca ter visto nada daquela dimensão e sublinhou que o objetivo não era colher benefícios próprios. Parte desta consciencialização – observou – dever-se-á ao que ouvem nas escolas.

A Deputada do CDS-PP referiu também que o tema do Parlamento dos Jovens deste ano está relacionado com as alterações climáticas.

Dirigindo-se aos responsáveis da Bandeira Azul, e tendo em conta que nos relatórios desta associação constam referências a escolas do Ensino Superior, questionou: “porque é que é mais complicado a este nível?”.

Disse ainda que outra questão que foi afluída no projeto de resolução do CDS-PP, que deu origem a uma resolução da AR, tinha que ver com a avaliação do projeto. Apesar das dificuldades deste tipo de avaliação, referiu que é sempre possível ter alguma sensibilidade ao que tem sido o impacto deste projeto. E notou que, para que surta um efeito transformador, são necessários meios, perguntando se a associação tem apoios nas escolas e se esta questão inibe a expansão deste projeto.

Finalmente, chamou a atenção para o facto de haver ainda muitas escolas com telheiro de amianto, colocando a questão de saber se a Bandeira Azul tem capacidade para ajudar a influenciar a este nível.

A Deputada Ana Mesquita (do PCP) saudou igualmente o trabalho desta associação, questionando sobre a articulação com o Ensino Superior e que espécie de balanço fazem a este nível.

Outra questão colocada prendeu-se com a articulação Escola-Comunidade, não só no recinto escolar mas relativamente ao envolvimento fora desta, notando que esta questão não é igual em todas as escolas e contextos.

Por fim, observou ainda a referência no documento entregue ao impacto das Eco-escolas nos *rankings* nacionais, abordagem que o PCP não acompanha. A este propósito, considerou que a

questão podia ser antes vista ao contrário: “até que ponto um programa deste género pode ter um papel na escola e contexto com dificuldades?”. “Não será um papel importante?”.

Em resposta às questões dos grupos parlamentares, a associação Bandeira Azul começou por se referir à questão dos *rankings*, dando exemplos de alunos com menos sucesso escolar que foram integrados com sucesso no projeto das Eco-escolas.

Sobre o Ensino Superior, o responsável da Bandeira Azul referiu que o projeto abrange todos os graus de ensino. Todavia, explicou que o Ensino Superior tem menos expressão a este nível não só porque há menos estabelecimentos, mas também porque exige uma intervenção mais presente e um trabalho mais específico (através de mestrado, doutoramento ou unidades curriculares).

Sobre a questão dos telheiros de amianto, a Bandeira Azul assegurou que estes não existem nas Eco-escolas. Sobre o financiamento, informou que a associação não tem financiamento público. Em termos de funcionamento, explicou que, no caso das escolas, estas não pagam nada, pedindo a associação 70 euros ao município em causa para materiais. O resto do financiamento – disse – vão buscá-lo aos parceiros. Assim, asseguram a sua independência.

A Bandeira Azul enfatizou ainda da importância do professor coordenador das Eco-escolas (destacado pelo Ministério do Ambiente através da Agência Portuguesa do Ambiente).

Relativamente à avaliação e às dificuldades, o representante da associação mencionou que o que está definido é que, a cada três anos, cada escola deva ser visitada. O problema coloca-se nalgumas zonas do país onde não é feito este acompanhamento, nomeadamente em Lisboa e no Porto. Segundo diz, a Bandeira Azul tem feito o seu papel mas falta o Estado fazer o seu.

Finalmente, aludiu à necessidade de haver tempo curricular afeto a este projeto.

5. Audição de peticionários da Petição n.º 607/XIII/4.ª, ASPL, FENPROF, FNE. PRÓ-ORDEM, SEPPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE, SIPPEB E SPLIU, Solicitam a adoção de medidas com vista à negociação do modo e prazo para a recuperação de todo o tempo de serviço cumprido – 16h00

O Presidente da Comissão deu as boas vindas aos peticionários, dando-lhes de seguida a palavra, para uma primeira intervenção, cujo tempo, segundo informaram, seria dividido pelo representante da FENPROF (Mário Nogueira), da FNE (João Dias da Silva) e da Frente Sindical de Docentes, que integra a ASPL, PRÓ-ORDEM, SEPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE, SIPPEB e SPLIU (Filipe do Paulo).

As intervenções dos peticionários convergiram quanto à gravidade do que está em causa e cujos principais pontos foram assim realçados. Exigem o tratamento que consideram justo a respeito da sua vida profissional; reclamam, por isso, a recuperação total do tempo de serviço cumprido nos períodos de congelamento (9 anos, 4 meses e 2 dias); compreendem o impacto orçamental de uma medida desta natureza, propondo, por isso, a adoção de um faseamento (semelhante ao que foi adotado na Região Autónoma da Madeira).

Com esta iniciativa, pretendem corrigir uma grande injustiça, tendo sublinhado ainda quererem evitar a ultrapassagem no respetivo escalão por colegas com menos tempo de serviço; bem

como a possibilidade de, por opção do docente, o tempo a recuperar ser considerado para efeitos de aposentação ou para dispensa das vagas de acesso ao 5º e 7º escalões.

Os peticionários sublinharam o número inédito de assinaturas que esta petição conseguiu recolher (mais de 60 000 assinaturas).

O Deputado Pedro Alves (PSD) sublinhou a ilusão criada pelo Governo de que seria possível “dar tudo a todos”. Nesta matéria, realçou o incumprimento do Governo do estipulado nos orçamentos do Estado, manifestando neste processo um desrespeito pela profissão docente, que prejudica a escola pública, que, disse, precisa de motivação.

Segundo disse, o PSD assumiu, desde o início, que o tempo é todo para ser contabilizado.

Na opinião do Deputado do PSD, esta matéria devia ter sido regulada através de acordo na mesa sindical. Agora, caberá intervir no âmbito da Apreciação Parlamentar.

O Deputado do PSD questionou os peticionários acerca das variáveis que o Governo colocou à disposição em cima da mesa e se apresentou contas e a respetiva justificação.

A Deputada Odete João (PS) deixou uma palavra de reconhecimento pelo trabalho dos professores e lembrou que o Governo descongelou todas as carreiras da Administração Pública a partir de 1 de janeiro de 2018, retomando a normalidade da progressão na carreira.

Enquadrou esta matéria e recordou a norma do Orçamento do Estado (artigo 19.º), as negociações com os sindicatos, o diploma do Governo e a apreciação parlamentar o Decreto-Lei n.º 36/2019, fazendo ainda referência à iniciativa legislativa de cidadãos sobre esta matéria.

E concluiu afirmando não querer, naturalmente, que os professores sejam menos bem tratados do que os restantes trabalhadores da Administração Pública, procurando o grupo parlamentar do PS nesta matéria aquilo que for mais justo e exequível.

Joana Mortágua (BE) notou que esta constitui uma das petições com mais signatários desta legislatura e lembrou a posição deste grupo parlamentar. Sobre a posição do Governo, considerou que esta tem outros problemas para além de não prever a recuperação do tempo de serviço prestado, invocando, entre outros, a diferença de tratamento que resulta dos regimes entretanto negociados nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Na sua opinião, está aqui também em causa a defesa da escola pública.

Do ponto de vista orçamental, defendeu uma posição negocial responsável e faseada. Falhadas as negociações, é tempo de a AR tomar uma decisão, tendo registado a disponibilidade do PSD para acompanhar a recuperação integral do tempo de serviço dos professores.

Da parte do CDS-PP, a Deputada Ana Rita Bessa sublinhou que esta questão tem ocupado o espaço público desde agosto/setembro de 2017, sintetizando a posição deste grupo parlamentar nos termos que se seguem.

De acordo com este partido, esta questão deve ser vista e integrada na discussão alargada das carreiras na Administração Pública.

Caberia ao Governo realizar reais negociações. No entanto – observou – ultrapassando a solução o horizonte da legislatura, as informações deveriam ter sido partilhadas com o Parlamento, o que não aconteceu.

A Deputada Ana Rita-Bessa sintetizou as propostas do CDS-PP nesta matéria, as quais asseguram para já os dois anos e 9 meses da proposta do Governo mas garantindo que em 2020 devem ser reabertas negociações com vista à recuperação integral (em função das condições económicas e financeiras do País, e introduzindo variáveis negociais, como a aposentação, a progressão na carreira a avaliação).

A Deputada Ana Mesquita (PCP) começou por referir que este é um problema que desde há muito devia ter tido solução. Falou sobre as propostas deste grupo parlamentar, o único que – segundo disse – apresentou publicamente as suas propostas de alteração ao decreto-lei do Governo.

O PCP propõe a recuperação não apenas a partir de 2011 mas entre 2005 e 2007 (que são 854 dias). Consagram a mesma solução preconizada na Madeira, nomeadamente quanto ao faseamento por 7 anos.

Ainda no âmbito das propostas do PCP, falou da necessidade (já abordada pelos peticionários) de se eliminar as ultrapassagens ou que seja admitida a possibilidade de se utilizar o tempo de serviço para efeitos de aposentação ou de dispensa de obtenção de vaga.

A Deputada do PCP manifestou ainda o desejo de que todos os grupos parlamentares “colocassem as cartas na mesa” antes do dia 16 de abril (data para que está agendada a discussão a apreciação parlamentar sobre este tema).

Em resposta às questões suscitadas, os peticionários vieram dizer, em suma, o seguinte.

Concordaram com a ideia de que foram criadas determinadas expectativas aos professores, lembrando a Resolução da Assembleia da República n.º 1/2018 que ia nesse sentido. E consideraram que a AR tem agora uma nova oportunidade para deliberar sobre esta questão.

Foi abordada a questão do respeito pelos docentes portugueses e a necessidade de acabar com a falta de expectativa de futuro. A solução do Governo – disseram – só agravará esta falta de expectativa e de motivação, não correspondendo ao respeito e responsabilidades que lhes estão cometidas.

Consideraram ainda que as propostas sindicais não foram analisadas e criticaram a posição do Governo estar fechada de antemão.

Os peticionários sublinharam ainda que tiveram uma posição de sustentabilidade, refletida, por exemplo, na não exigência de retroativos e ou na aceitação de que a reposição se estendesse até 2025 (como na Madeira).

Puseram também em causa os números do Governo quanto ao custo do descongelamento e de uma recuperação integral, que consideraram não ser rigoroso.

O registo vídeo da audição encontra-se disponível na [página da Comissão](#).

6. Apreciação e votação na especialidade de Projetos de Lei

Ponto adiado

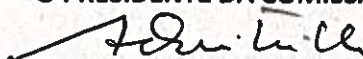
7. Data da próxima reunião

Além da reunião do dia 3 de abril, com a realização do “Café de Ciência”, foram indicadas as seguintes datas para as próximas reuniões: 10 e 16 de abril, bem como o dia 23 de abril (com a audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) e 24 de abril (com a audição – a requerimento do PCP e, também, regimental – do Ministério da Educação).

A reunião foi encerrada às 17:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 de abril de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Nilza de Sena
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Ana Passos
José Cesário
Odete João
Pedro Coimbra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista
Ivan Gonçalves
Luís Monteiro
Maria Manuel Leitão Marques
Maria Manuela Tender
Sónia Fertuzinhos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Laura Monteiro Magalhães
Susana Amador